

## **A cidade das elites e a Barracolândia: o centro da cidade de Itabuna-BA nos anos 1960**

Danilo Ornelas Ribeiro  
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
nilo\_ornelas@yahoo.com.br

Aos primeiros dias do mês de setembro de 1963, em meio às constantes notícias referentes à ameaça comunista, o *Diário de Itabuna* expunha em suas páginas alguns problemas da cidade. Entre eles, um dizia respeito à presença de barracas e barraqueiros nas principais vias do centro urbano, que constituíam segundo editorial do periódico, a “barracolândia de Itabuna”, a “favela sem morros”. Problema que de forma entusiasmada parecia angariar uma solução com a iniciativa do jovem prefeito engenheiro Félix de Almeida Mendonça<sup>1</sup> em montar uma empresa imobiliária.

Também temos nossa favela. A barracolândia de Itabuna é o que temos a expor agressivamente a todos que nos visitam (...) Imunda, feia, vergonhosa.

Entretanto, não queremos jamais, que elas sejam desalojadas pela força. Porque nelas habitam, em algumas, malandros, que não querem trabalhar seriamente e preferem explorar na miséria, a miséria alheia. Mas, há outras de gente pobre, que não tem do que viver, que faz cozinha nas barracas e serve ou disserva a muita gente. É seu modo de viver, seu ganha pão, difícil, cansado, suorento, anti-higiênico.

O prefeito tem um plano para exterminar as barracas. Criará a Empresa Imobiliária de Itabuna.

(...) Temos esperança porém de que Itabuna se livrará dessa favela sem morros...<sup>2</sup>

A Companhia Urbanizadora de Itabuna (CURSITA), criada oficialmente em 20 de agosto de 1963, por meio do decreto-lei nº 604<sup>3</sup>, e extinta no ano de 1968<sup>4</sup>, não somente conjugava os anseios das elites locais em forjar uma cidade moderna, civilizada, progressista, como mascarava articulações políticas e práticas sociais que envolvia diversos setores destas. Profissionais liberais, gerentes de bancos, políticos e

---

<sup>1</sup> Félix de Almeida Mendonça, engenheiro civil formado pela Universidade Federal da Bahia (1955), foi prefeito de Itabuna de 1963-66, ocupando o cargo que anteriormente havia sido de José de Almeida Alcântara (1959-63). No governo de Alcântara foi secretário de obras públicas, nos anos de 1961-62. Ainda segue carreira política atualmente, sendo deputado federal pelo DEM. Passou pelos seguintes partidos: PTN, UDN, ARENA, PTB, PFL, DEM. Sobre sua carreira política ver: <http://www.camara.gov.br>, acessado em 23/09/2009.

<sup>2</sup> Arquivo Público Municipal de Itabuna José Dantas (APMIJD). *Diário de Itabuna*, 05/09/1963, p.3.

<sup>3</sup> APMIJD. *Jornal Oficial do Município*. 10/08/1963, p.1. Lei nº 604 que autoriza a constituição da CURSITA.

<sup>4</sup> APMIJD. *Jornal Oficial do Município*, 21/12/1968.

altos comerciantes compunham a empresa<sup>5</sup>, além da participação de membros do poder público.

As barracas e os barraqueiros permaneceram sendo um problema para a elite urbana de Itabuna. Durante a década de 1950, a feira-livre<sup>6</sup>, localizada nas intermediações na Praça João Pessoa, na área central, era alvo de constantes ataques da imprensa local como dos poderes públicos (SOUSA, 2008, p.29). Estabelecer aqui uma confluência entre barraqueiros e feirantes é proposital, pois entendo que grande parte das queixas em relação aos barraqueiros corresponde a uma crítica em se ter uma feira-livre no “seio” da cidade, totalmente adversa as noções de modernidade e civilidade desejadas. Mesmo que muitos dos “pequenos comerciantes, mascates, taberneiros, botiquineiros, vendedores de missangas, de uma série interminável de quinquilharias...”<sup>7</sup> agissem enquanto ambulantes, as “queixas” dos jornais sugerem que estes também eram freqüentadores da feira.

Muitos barraqueiros se deslocavam dos bairros periféricos da cidade em direção ao centro. Vinham, por exemplo, do bairro Conceição, separado do centro pela ponte Góes Calmon, como sugere Erahsto Felício de Sousa (Ibidem, p.15) para os anos 1950,

...de lá chegavam sujeitos com mercadorias em carrinhos, em carroças ou em lombos de jegues para deixá-las onde era a única feira da cidade (...) do outro lado do rio viam fregueses, malandros, golpistas, crianças e ambulantes.

Por outro lado, é possível inquirir ainda, a partir das queixas encontradas nos periódicos, que a dinâmica habitacional começava a aparecer enquanto um problema urbano. As barracas eram representadas não somente enquanto espaço de comércio, mas eram questionadas também pela sua função de habitação. O termo “barracolândia”<sup>8</sup>, ou “cidade das barracas”, sugere investigações mais apuradas sobre o problema habitacional da cidade. Por enquanto, seguirei as pistas que possibilitam problematizar o centro urbano, para tentar entender a cultura política da elite urbana itabunenense.

---

<sup>5</sup> APMIJD. *Jornal Oficial do Município*, 04/01/1964, p.2. Assembléia Geral dos Subscritores de Ações da CURSITA.

<sup>6</sup> Segundo consta no “Guia da Cidade de Itabuna” além da feira livre do centro, existiam, no início dos anos 1960, mais três feiras, localizadas nos bairros Cajueiro, Nossa Senhora da Conceição e no bairro da Mangabinha. Ver: Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (CEDOC/UESC). COSTA, José Antônio (diretor). *Guia da Cidade de Itabuna*. Turismo e informações (org.). Itabuna: ITAGRAF, 1961-62.

<sup>7</sup> APMIJD. *Diário de Itabuna*, 13/09/1963, p.3. Mensagem oficial nº 4/63.

<sup>8</sup> Segundo o editorial do *Diário da Tarde*, periódico da cidade de Ilhéus, o termo foi criado pelo vereador Manoel Alvarindo da União Democrática Nacional (UDN) em debate na Câmara de Vereadores. CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 5/01/1961, p.1.

## O palco dos conflitos

O centro da cidade de Itabuna era delimitado pelo canal do Lava Pés, na av. Amélia Amado e pela margem esquerda do Rio Cachoeira. Entre esses dois limítrofes, se estendiam ruas, travessas e avenidas paralelas e retilíneas, como Av. do Cinquentenário, a rua Rui Barbosa e a travessa Paulino Vieira, assim como, outros logradouros adjacentes. Além da área central, a cidade era constituída de mais 20 bairros, divididos em zona sul e zona norte<sup>9</sup>. A zona sul era composta pelos bairros São Caetano, Mangabinha, Banco Raso, Santo Antônio e Góes Calmon, entre outros. A zona norte, por sua vez, abarcava bairros como o Cajueiro, Castália, Conceição e Pontalzinho (adjacência do centro).

O centro vinha sendo forjado desde as primeiras reformas urbanas na década de 1930, “além da criação de planos de urbanização e do surgimento de departamentos das municipalidades de controle social, esse período registrou também a abertura das vias urbanas que deram um formato inicial ao perímetro central da cidade” (CARVALHO, 2009, p.17). Juntamente ao processo de desenvolvimento urbanístico do perímetro central, houve a invasão desse território pelos lugares de poder das elites locais representada pelos consultórios médicos, escritórios, repartições do poder público, entidades sociais, residências (Ibidem, p. 93-104)<sup>10</sup>. Dentro dessa mesma lógica, Sousa (2008, p.12) argumenta que o centro da cidade de Itabuna na década de 1950 era o lugar construído e pensado pelas elites para subjugar os subalternos e suas agências.

Percebe-se, dessa forma, que era um lugar de conflitos, por ser um território invadido pelos lugares de poder das elites e suas vivências (a *cidade das elites*) e vivido por setores subalternos (a *barracolândia*, por exemplo), que também reivindicavam o direito à cidade, a partir do seu cotidiano.

O Jardim Góes Calmon pode ser um sintoma desses choques. O bairro, do outro lado do rio Cachoeira, inicialmente um loteamento da *Sociedade Imobiliária de Itabuna*, foi montado no final dos anos 1950 com o objetivo de ser o “mais moderno da

---

<sup>9</sup> Divisão encontrada no *Guia da Cidade de Itabuna*, p.45.

<sup>10</sup> A fonte, *Guia da Cidade de Itabuna*, fornece elementos relevantes para a construção material do centro da cidade e dos cidadãos que conformavam a elite urbana. Listas de endereços de médicos, advogados, engenheiros, dentistas, das entidades sociais, dos departamentos do poder público, de lojas comerciais e estabelecimentos industriais, serão fundamentais na constituição daquilo exposto aqui como sendo a *cidade das elites*.

cidade”<sup>11</sup>. Parte das elites pareceu não suportar mais a realidade conflituosa do centro e transferiu suas residências para esse novo lugar. Leiamos a propaganda, “Jardim Góes Calmon, ruas asfaltadas, água, luz (...) e ponte de cimento ligando ao centro da cidade”<sup>12</sup>. O que confere o estatuto de modernidade para este bairro é a oferta de condições materiais, como água e luz. Ao mesmo tempo em que era imprescindível uma conexão com o perímetro central, representada pela ponte de cimento.

Mesmo com a criação de um novo lugar para as elites, era o centro o palco das disputas sociais e das articulações políticas, o território a ser controlado, vigiado e apropriado, quando da instalação da CURSITA. É essa situação que lhe permite uma especificidade.

Por *cidade das elites* entendo, portanto, menos uma representação de um espaço físico, geográfico, e mais um território, “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2005, p.255). Essa curta, mas profunda noção proposta pelo geógrafo Milton Santos é singular para a representação sugerida aqui. Nessa contingência de implantação de uma empresa imobiliária, o centro vira objeto e ação. Enquanto objeto é reivindicado, sinônimo de produção de discursos, de consenso. Enquanto ação é evidência das práticas, das vivências cotidianas das elites, mas também das vivências subalternas, do contra-senso, das intervenções sociais, das articulações políticas – política não somente no plano institucional, mas também em outros níveis, como a política praticada no limite do cotidiano.

### **Entre as práticas das elites: a Companhia Urbanizadora de Itabuna**

Em 13 de setembro de 1963, o *Diário de Itabuna* publicou a Mensagem oficial nº 4/63 da Prefeitura endereçada à Câmara Municipal de Vereadores<sup>13</sup>. Lida no expediente da reunião ordinária do dia 14 de junho de 1963<sup>14</sup>, o então prefeito Félix Mendonça, expunha os objetivos e as justificativas que qualificavam o projeto de lei nº 17/63, o qual dispunha sobre a constituição de uma companhia de urbanização para a cidade. Projeto que deveria ser apreciado e posteriormente aprovado pela legislatura. Na

---

<sup>11</sup> ANDRADE, José Dantas. **Documentário Histórico Ilustrado de Itabuna**. Itabuna, BA: Gráfica Editora Itabuna, 1968. p.85.

<sup>12</sup> (CEDOC/UDESC). *O Intransigente*, 07/09/1959, p.16. Propaganda de venda de lotes do Jardim Góes Calmon.

<sup>13</sup> APMIJD. *Diário de Itabuna*, 13/09/1963, p.3.

<sup>14</sup> APMIJD. Livro de Ata, nº 37, Câmara Municipal de Vereadores de Itabuna, 14/06/1963, p.153-156.

Mensagem nº 4/63, o prefeito/engenheiro, num primeiro momento, elucidou os objetivos da companhia:

a) formular planos gerais para a construção e higienização de habitações ou unidades vicinais; b) construir habitações individuais e coletivas; c) *eliminar gradativamente das áreas urbanas as construções insalubres e habitações perigosas*; d) fomentar a construção, higienização, reparação ou ampliação de habitações, bem como estimular a execução de obras de urbanização, saneamento urbano e serviços comunais necessários e promover a construção de obras complementares em conjuntos urbanísticos que visem à saúde pública, ao abastecimento, à educação e à recreação. (Grifo meu)<sup>15</sup>

Percebe-se na leitura inicial dos objetivos da Companhia que a preocupação principal era com a questão das habitações, e como vimos no editorial supracitado, o problema era com a “barracolândia, imunda, feia e vergonhosa”. A palavra habitação aparece em todos os objetivos listados, seja enquanto planos de construção ou de eliminação.

Para além dos números, o problema habitacional forjado pelo grupo a frente da Companhia, envolvia diversos fatores para a sua efetividade como, por exemplo, a estratégica utilização do discurso da higiene pública. O que não era nenhuma novidade para a cidade. Para legitimar os projetos urbanísticos propostos para Itabuna nas décadas de 1930, os setores hegemônicos já utilizavam do discurso higienista (CARVALHO, 2009, p. 61). Assim como, se tomarmos o Brasil como referência, constata-se que, desde o final do século XIX e início do XX, os discursos científicos engendraram práticas de intervenção urbana, como demonstrou o historiador Sidney Chalhoub, em sua análise sobre cortiços e epidemias no Rio de Janeiro (1996, p. 29).

Ainda são pertinentes neste estudo, os termos da historiadora Sandra Pesavento ao analisar a cidade de Porto Alegre, leiamos:

Sem dúvida, estas vivências eram testadas frente ao consumo de padrões de referência já estabelecida: as largas avenidas, os viadutos ou o saneamento urbano, com a ‘varrida dos pobres’ do centro da cidade, eram práticas sociais ligadas ao conceito de cidade moderna e da civilização. Exigências morais, higiênicas e estéticas imperiosas se impunham diante da necessidade de ‘ser’ e ‘parecer’ moderno. (1995, p. 285)

Embelezar, limpar, modernizar, ou seja, civilizar a cidade de Itabuna era um projeto que perpassava pelos debates políticos, pelas crônicas jornalísticas e pelos discursos memorialísticos. Era preciso dotar Itabuna de uma legitimidade, elevar os

---

<sup>15</sup> Há uma pequena alteração sintática na redação final do projeto, conjugando o primeiro e segundo objetivos, atenuando um pouco as palavras contidas na Mensagem sem alterar a semântica do texto. Ver APMIJD. *Jornal Oficial*. Ano XXX nº 1611, sábado, 10/08/1963, p.1. Lei nº 604.

parâmetros de sua civilidade a partir da imposição de uma modernidade. Um editorial reservado no espaço *Meu Cantinho*, no *Diário de Itabuna*, escrito quase que diariamente pelo diretor Ottoni Silva, pode ilustrar, nos termos do urbanismo, o que apresento aqui como sendo *a cidade das elites*, que em outros modos poderia até se confundir com a “cidade do desejo”<sup>16</sup>, ao menos, a cidade desejada pelo cronista.

Falamos que o nosso prefeito deve dar um bordejão para ver com os olhos o que seu pensamento urbanista sonha. Seria mais prático (...)  
O Félix, traçou modernos jardins para nós, entretanto necessita de um bom jardineiro para executar o serviço, encher os claros, não plantar a mais nem a menos um roseira, que tudo está medido, calculado e até uma perfumada Angélica pode destoar do conjunto traçado. Para o canal, por exemplo (...) nada melhor do que a cobertura de Platmus, como vimos em idêntico canal em Caxambu. As árvores de ambos os lados ao se tocarem cruzam perfeitamente, sem se saber, muita vez, onde foi a enxertia, a emenda, formando uma só árvore (...)  
Em jardinagem precisam ver o que traçou Burle Marx para a Glória, na Guanabara, o que é um primor o que de mais belo possa existir no mundo. Guardando-se as proporções, poderemos imitar porque são pequeninos trechos, ângulos variados, recantos exclusivos que formam o conjunto belíssimo dos jardins que circundam o Monumento Aos Heróis da 2ª Guerra Mundial.  
Recomendamos ainda uma viagem não apenas do prefeito, mas ainda de funcionários diretamente ligados ao urbanismo.<sup>17</sup>

Ao propor que o prefeito e sua comitiva para assuntos urbanísticos viajassem, ali mesmo pelo Brasil, onde pudessem apreciar exemplos de embelezamento de jardins e de canais, como o canal de Caxambu e os jardins da Glória no Rio de Janeiro, o autor do editorial convida o urbanista a acordar e ser “prático”. É preciso abrir os olhos, ver e “imitar” outras cidades tendo como perspectiva o belo, o moderno, o racional, pois “tudo está medido, calculado”. Nada deve fugir ao “conjunto traçado”. A cidade é, portanto, imaginada, planejada, sugerida e desejada pelo Ottoni Silva enquanto um lugar (ou seria o não-lugar?) do belo, onde o feio não tem espaço. É preciso esconder o esgoto que corre pelo vão do canal.

O que dizer então das barracas que “infestem as principais artérias da cidade”<sup>18</sup>, associadas ao feio, ao mórbido, à violência, à desordem e ao anti-higiênico, em pleno seio dessa *cidade das elites*? As palavras do cronista, apesar de não tratarem diretamente do quesito “barracas”, evidenciam uma contingência permeada por discursos e práticas urbanísticas.

---

<sup>16</sup> Referência a idéia de Sandra Pesavento (1995, p. 286). Ao propor uma história cultural urbana, a autora coloca que aqueles que projetam a cidade em práticas pré-definidas também “constroem uma maneira de pensá-la, vivê-la e sonhá-la”, a “cidade do desejo”.

<sup>17</sup> APMIJD. *Diário de Itabuna*, 8/03/1963, p.4.

<sup>18</sup> APMIJD. *Diário de Itabuna*, 13/09/1963, p.3.

Entendo que o discurso de higienização contido como um dos elementos centrais do projeto urbanístico, não é somente uma racionalidade de higienização da cidade, mas também dos corpos, o que nos possibilita pensar que eliminar construções insalubres e habitações perigosas significa também “eliminar” indivíduos insalubres e perigosos<sup>19</sup>, como os “malandros exploradores da miséria alheia” mencionados na matéria do *Diário de Itabuna*.

O que evidencia os objetivos da CURSITA é o aparecimento de um “problema” que precisava ser resolvido. De certo modo, um problema político. Segundo Michel Debrun ao comentar a obra de Antonio Gramsci e o papel da filosofia na análise gramsciana, os problemas não são os únicos promotores e motivadores da política, segundo ele, “a solução de um problema social é buscada e desenvolvida apenas na medida em que interessa a certos grupos” (DEBRUM, 2001, p.33). Mais uma vez, entender a contingência que fomenta a instalação de um projeto urbanístico baseado num discurso em torno da higienização da cidade, com objetivos de construir unidades habitacionais, só pode ser efetivada, pelo menos em sua iniciativa, com a existência de um grupo, ou melhor, grupos que se estabelecem a partir de interesses comuns.

Todos nós participamos da convicção geral de que é necessário dar condições de habitação e de trabalho às centenas de *favelados e barraqueiros* que infestam o centro urbano da cidade; os apelos se repetem para que o Executivo afaste da ‘urbs’ o que se costumou chamar de ‘kisto’ *social*, constituídos de pequenos comerciantes, mascates, taberneiros, botiqueiros, vendedores de missangas, de uma série interminável de quinquilharias que na realidade infestam - *enfeitando-as* – as principais artérias da cidade (Grifo meu).<sup>20</sup>

Temos, então, duas problemáticas a serem interpretadas e que aparecem aqui enquanto proposta de análise. A primeira diz respeito à formação de um grupo cidadão em torno de um projeto urbanístico. E a segunda refere-se justamente a reflexão de qual é o território da cidade que requer a preocupação desse determinado setor. Ou seja, de um lado o espaço geográfico de atuação e, de outro, os cidadãos que intervêm nesse espaço, uma sobreposição “de duas configurações, a da sociedade cidadina e a da cidade de pedras...” (LEPETIT, 2001, p.76).

A expressão “Todos nós”, um termo certamente ambíguo, ao evidenciar um sentido de universalidade, de consenso geral, na realidade encerra em si um grupo. A

---

<sup>19</sup> Aqui, a análise da coincidência entre classes perigosas/classes populares, proposta por Sidney Chalhoub pode nos ajudar a identificar os agentes que condizem com o foco central de eliminação da CURSITA. Ver CHALHOUB, 1996, p. 20-35.

<sup>20</sup> APMJD. *Diário de Itabuna*, 13/09/1963, p.3.

despeito de impor uma verdade ao outro, baseada numa legitimidade “natural”, representada pela instituição poder público, o Prefeito municipal invoca sua autoridade técnica de gestor e engenheiro para justificar a necessidade de constituição de uma empresa de urbanização para a cidade.

Por outro lado, há uma evidente subjugação em relação às formas de morar e de trabalhar dos grupos citadinos compostos pelos barraqueiros. Considerados fora dos padrões da modernidade a ser alcançada, os modos de viver dos barraqueiros, incomodavam, questionavam e evidenciavam tensões<sup>21</sup>.

Estes, “favelados e barraqueiros”, classes pobres/classes perigosas, representam um impasse ao ideal de progresso e modernidade das elites. Assim, agindo como elementos anti-modernos – na falta de um termo melhor –, os “pequenos comerciantes, mascates, taberneiros, botiquineiros, vendedores de missangas...” formaram o foco de eliminação da CURSITA. Vale ressaltar que Félix de Almeida Mendonça fora diretor do Departamento de Obras Públicas no governo de José de Almeida Alcântara (1959-1962). E, enquanto engenheiro civil, com seu onírico “pensamento de urbanista”, seguindo a indagação de Ottoni Silva, já tinha certa familiaridade com os problemas urbanos da cidade.

Por outro lado, a CURSITA surge numa contingência em que a demanda de investimentos externos de recursos estava em alta. Tanto o Plano Diretor da SUDENE, como o projeto da política externa do governo norte-americano, a Aliança para o Progresso, estavam em voga, e conformavam uma das justificativas do prefeito em montar a companhia: “cumpre destacar que a sua maior fonte de receita consistirá das dotações do ‘Plano Diretor da SUDENE’ e dos recursos da ‘Aliança para o Progresso’”<sup>22</sup>.

Segundo Vicente Gil da Silva (2008, p.12), a Aliança para o Progresso, programa lançado em Punta Del Este, Uruguai, em 1961, em resposta à Revolução Cubana, destinava recursos “mediante análise de ‘projetos de desenvolvimento’ elaborados pelos países latino-americanos”.

---

<sup>21</sup> O estudo feito por Philippe Murillo Carvalho sobre os trabalhadores e suas táticas e astúcias frente à imposição dos setores hegemônicos em Itabuna nas décadas de 1930-40, já citado nesta proposta, é bastante ilustrativo dessas tensões na apropriação e resignificação de territórios. As idéias de Michel de Certeau são bastante utilizadas pelo autor e ratificadas aqui.

<sup>22</sup> APMJD. *Diário de Itabuna*, 13/09/1963, p.3.

Em dois de março de 1963, reuniram-se no salão do *Lorde Hotel*, para uma conversa com o Deputado Federal Vieira de Melo<sup>23</sup>, diversos prefeitos da região sul e sudoeste da Bahia, recentemente eleitos, coordenados por Félix Mendonça. Vieira de Mello fez “ampla exposição sobre a necessidade que têm os pequenos municípios de se unirem do plano de ajuda financeira do governo norte americano”<sup>24</sup>. A reunião tinha o intuito de debater problemas comuns da região para posterior encaminhamento de projetos a serem avaliados pelos “setores técnicos e financeiros do Programa Aliança para o Progresso”<sup>25</sup>.

Parece que o prefeito de Itabuna foi bastante hábil, e em menos de quatro meses<sup>26</sup> enviou o projeto de constituição da CURSITA à Câmara de Vereadores do Município. Ainda não disponho de fontes conclusivas que comprovem a efetiva implementação desses recursos no orçamento da empresa. Se isso aconteceu ou não, ainda é motivo de investigação. Porém, a possibilidade de obter tais recursos parece ter atraído a iniciativa privada a compor junto com o poder público as ações da empresa, nessa empreitada contingencial, modernizadora, em um contexto desenvolvimentista.

É necessária a identificação, mesmo que parcial, do grupo a frente da CURSITA. Era formado por membros da elite urbana de Itabuna, traduzido formalmente enquanto subscritores de ações da empresa, conjugando indivíduos tradicionais da vida pública da cidade, como o advogado e político Gileno Amado<sup>27</sup>, e outros que desde a década de 1940 prosperavam em torno do comércio local como José Oduque Teixeira, então presidente da Associação Comercial de Itabuna.

Para melhorar a apreensão desse grupo, uma das metodologias a ser empregada nessa proposta é a prosopografia, ou, biografia coletiva. Segundo Christophe Charle (2006, p.41):

Seu princípio é simples: definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise.

---

<sup>23</sup> Tarcílio Vieira de Melo, advogado, Deputado Federal pelo PSD, Bahia, para o mandato 1963-1967. Ver: <http://www.senado.gov.br/comunica/museu/pron3.htm>. Acessado em 24/09/2009.

<sup>24</sup> APMIJD. *Diário de Itabuna*. 05/03/1963, p.4

<sup>25</sup> *Ibidem*.

<sup>26</sup> APMIJD. Livro de Ata, nº 37, Câmara Municipal de Vereadores de Itabuna, 14/06/1963, p.153-156.

<sup>27</sup> Sobre a trajetória do advogado e político Gileno Amado ver: FILHO, Carlos Pereira. **Terras de Itabuna**. Rio de Janeiro: Elos, 1960. pp. 22,79, 90. GONÇALVES, Oscar Ribeiro. **Ensaio histórico de Itabuna – O Jequitibá da Taboca**. Itabuna: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial da Bahia, 1960. p.92-98; além da dissertação de Philippe Murillo Santana de Carvalho, 2009, p. 28.

Devido às dificuldades empíricas em traçar a trajetória de todos os membros da CURSITA, que somavam um total de 45 pessoas, segundo a lista de assinaturas extraída da ata da Assembléia Geral dos Subscritores<sup>28</sup>, optei pela análise dos indivíduos que ocupavam alguma função na empresa. Desse modo, observa-se que dos 45 membros, 17 foram nomeados para cargos. Os cargos eram divididos em: Diretoria, composta pelo diretor presidente; diretor comercial; diretor administrativo. Mais cinco vagas do Conselho Administrativo e três de suplência; três do Conselho Fiscal e três de suplência.

Um dos critérios estabelecidos para a análise prosopográfica está relacionado à participação dos acionistas da empresa em entidades sociais. O que pode favorecer uma melhor apreensão da *cidade das elites*. Outro critério importante diz respeito à ocupação desses indivíduos, tendo em vista a relevância social, por exemplo, de grupos urbanos como os médicos, advogados e engenheiros na cidade de Itabuna do início dos anos 1960.

Apesar de ser um grupo pequeno, pelo menos em números, numa população estimada de 53 mil pessoas para a cidade de Itabuna<sup>29</sup>, a CURSITA serviu como um eixo gravitacional, que conjugava forças, mesmo que de forma indireta, de outros indivíduos e outros lugares de poder. O que parece ser o caso do periódico *Diário de Itabuna*, que apesar dos seus proprietários e redatores não serem acionistas da empresa, foram grandes incentivadores da proposta. E, talvez o exemplo mais claro seja o da Associação Comercial de Itabuna. Dois presidentes da ACI, José Alves de Souza Freire e José Oduque Teixeira compunham o quadro de acionistas da CURSITA. O primeiro ocupou o cargo no final da década de 1950 e o segundo era o presidente quando da montagem da companhia.

A *cidade das elites* e a *barracolândia* se enfrentam, se questionam, se interpõem na seara do cotidiano. A Companhia Urbanizadora é sintomática desses choques e aparentemente uma solução perfeita para as elites – tendo em vista, também, a conjuntura específica de modernização, desenvolvimentismo e americanismo, emergente nas décadas de 1950-60. Portanto, enquanto um eixo condutor ou um campo laboratorial, a CURSITA, num primeiro momento, nos leva a reflexões pertinentes à cultura política dos *fortes* (CERTEAU, 1994), a pensar os modos de fazer de grupos que

---

<sup>28</sup> APMIJD. *Jornal Oficial do Município*, 04.01.1964, p.2.

<sup>29</sup> CEDOC/UESC. COSTA, José Antônio (diretor). **Guia da Cidade de Itabuna**. Turismo e informações (org.). Itabuna: ITAGRAF, 1961-62.

detém o maquinário institucional e ideológico de uma sociedade entremeada pelo conflito.

### **Referência Bibliográfica**

CARVALHO, Philipe Murillo Santana. **Uma cidade em disputa:** conflitos e tensões urbanas em Itabuna (1930-1948). Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), janeiro, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. v.1. 6ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARLE, Christophe. “A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas”. In: HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 41-53.

DEBRUN, Lebrun. **Gramsci:** filosofia, política e Bom senso. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Centro de Lógica e Epistemologia, 2001.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana.** Heliana Angotti Salqueiro (org). Trad. Cely Arena. São Paulo: EDUSP, 2001.

MOURA, Gissele R. da C. F. **Valientes, capoeiras e construção de territórios:** criminalização e modernidade em Itabuna dos anos 1950. Monografia de graduação (História). Ilhéus: UESC, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano”. **Estudos Históricos**, vol. 8, nº 16. Rio de Janeiro, 1995. pp. 279-290.

SANTOS, Milton. “O retorno do território”. In: **Observatorio Social de America Latina - OSAL**, ano 6, nº 16, junho. Buenos Aires: CLACSO, 2005. pp. 251-261.

SILVA, Vicente Gil da. **A Aliança para o Progresso no Brasil:** de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política. Dissertação de mestrado, PPGH-UFRGS, 2008.

SOUSA, Erahsto Felício de. **O Conceição em retalhos de cidade, margens e dono:** uma Itabuna nos territórios subalternos (1950-55). Monografia. UESC, 2007.